

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF vai julgar disputas tributárias com a União que somam R\$ 117,7 bi..... 3

A TARDE - SALVADOR - BA - SALVADOR
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Órgãos públicos viabilizam o projeto Mãos que Transformam'.....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa leva banco às comunidades.....6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit público cresce 15%, e dívida sobe para 76,6% do PIB..... 8

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamentos do INSS de agosto: confira o calendário completo aqui.....9

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Taxa de desemprego fica abaixo de 6% pela 1ª vez, e renda é recorde.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Desemprego recua mais, chega a 5,8%, menor taxa da série.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inclusão do IBS e CBS na base do ICMSelSS.....14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Banco Central acerta ao pausar ciclo de alta da Selic (Editorial)..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxas terão impacto sobre comércio e economia globais..... 17

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZH
ECONOMIA

Sobretaxa atinge 85% dos produtos da indústria gaúcha vendidos aos EUA.....19

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZH
ECONOMIA

Pouco impacto no PIB, mas desastroso para exportadores..... 20

A GAZETA - MT - ECONOMIA
ECONOMIA

MT deve perder cerca de R\$ 648 mi no seu PIB..... 21

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BELÉM
ECONOMIA

Casa do Seguro vai funcionar durante a COP.....23

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Impacto para setor cafeeiro deve ser menor que expectativa inicial.....24



Sexta-Feira, 1 de Agosto de 2025

STF vai julgar disputas tributárias com a União que somam R\$ 117,7 bi

O Supremo Tribunal Federal (STF) volta hoje do recesso com uma pauta tributária de pelo menos R\$ 117,7 bilhões. O valor refere-se apenas ao impacto nos cofres públicos de 3 dos 14 casos envolvendo a União, marcados para agosto. Discutem a cobrança da Cide-Royalties, o cálculo de benefícios previdenciários e a incidência de PIS, Cofins e CSLL sobre produtos ou serviços prestados a associados de cooperativas.

A Cide-Royalties está entre os dois principais casos do semestre elenca-dos, em entrevista ao Valor, pelo coordenador da Atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no STF, Euclides Sigoli. O outro é o que trata da chamada "pejotização" - a contratação de trabalhador autônomo ou de pessoa jurídica para prestação de serviços. A questão não foi pautada, mas está prevista a realização de audiência pública em setembro (ARE 1532603).

O caso é classificado como trabalhista, mas a preocupação da PGFN é com os reflexos de uma decisão no sistema previdenciário brasileiro. "Poderia implodir o sistema de **previdência social**", afirma ele. Não há, porém, estimativa do impacto econômico.

O caso da Cide-Royalties está pautado para a próxima quarta-feira. Os ministros devem retomar o julga-

mento que discute se a contribuição pode ser cobrada apenas de empresas da área de tecnologia ou sobre qualquer empresa que preste serviços técnicos-administrativos.

A estimativa de impacto para a União é de R\$ 19,6 bilhões, conforme indicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. Por ano, a perda na arrecadação seria de R\$ 4 bilhões, segundo a Fazenda Nacional.

Os ministros divergem sobre a possibilidade de tributação de remessas alheias à exploração de tecnologia estrangeira. Há dois votos. Para o relator, ministro Luiz Lux, a Cide-Royalties só poderia incidir sobre contratos com exploração de tecnologia. Porém, para o ministro Flávio Dino, a base de tributação poderia ser mais ampla (RE 928943).

O processo de maior impacto econômico está previsto para começar na próxima sexta-feira, no Plenário Virtual. Nele, os ministros decidirão qual regra deve

ser observada no cálculo de benefícios previdenciários para segurados filiados ao Regime Geral de Previdência até

"Definição sobre tratamento de atos cooperativos será relevante"

Lana Borges

a data da promulgação da Emenda Constitucional (EC) 20/98 (RE 639856). O impacto é estimado em R\$ 89 bilhões. O julgamento termina no dia 18 se não houver pedido de vista ou destaque - envio do caso para o plenário físico.

Para a sessão presencial de hoje está pautado outro tema relevante: se caracteriza confisco a aplicação de "multa isolada" por des-cumprimento de obrigação tributária acessória - declarações e emissões de documentos fiscais exigidos junto com o pagamento de **tributos**. Não há previsão de impacto para os cofres públicos.

O julgamento foi iniciado no Plenário Virtual e transferido para sessão presencial. Havia, até então, duas linhas de voto. Ambas indicam haver necessidade de limite para as multas, mas discordam em relação ao patamar que deve ser fixado (RE 640452).

No Plenário Virtual, os destaques da sessão a ser iniciada hoje são os julgamentos que tratam da aplicação de limite temporal (modulação) para a decisão sobre a tributação do terço de férias (RE 1072485) e do diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS (RE 1426271). O caso está suspenso desde março e interessa, particularmente, às varejistas. Os Estados estimam que a tese possa ter impacto de R\$ 9,8 bilhões.

No terço de férias, a Fazenda Nacional questiona o limite temporal da decisão que determinou a inclu-

são do terço de férias no cálculo da contribuição previdenciária patronal. Se os ministros decidissem por não aplicar a modulação, a **Receita Federal** ficaria livre para cobrar valores que deixaram de ser recolhidos no passado, antes da decisão do STF, em agosto de 2020. Sem o limite, a decisão poderia custar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões aos

contribuintes, pela projeção da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat).

Lana Borges, sócia do Bermudes Advogados e ex-procuradora da Fazenda, destaca outro importante julgamento: o que discute o tratamento a ser dado aos atos cooperativos. "É um tema muito relevante para a economia brasileira", diz. Apesar de o tema falar de PIS, Cofins e CSLL, a definição nesse processo valerá par ao Imposto de Renda, acrescenta. "O STF vai desenhar o que é ato cooperativo e isso vai repercutir em outras discussões tributárias."

Para o advogado Marcelo Pinto Ribeiro, do Grupo Consultoria Empresarial, trata-se de um tema de "extremo impacto". Ele lembra que a disputa está estimada em R\$ 9,1 bilhões na LDO. O processo está previsto para a sessão virtual a ser iniciada no

dia 22 deste mês.

A discussão envolve a Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo. "As cooperativas defendem que os atos cooperativos [fornecimento de produtos ou serviços] não geram receita ou faturamento e não estariam sujeitas às contribuições", diz ele, acrescentando que no Superior Tribunal de Justiça (STJ) os precedentes são favoráveis às cooperativas.

"A definição do alcance do ato cooperado está aberta no texto constitucional há muito tempo e as cooperativas, pela própria natureza do negócio, precisam desse entendimento para minimamente entender a sua escrita fiscal", afirma o advogado Eduardo Lucas, sócio do Martinelli Advogados.

As teses filhotes da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins estão também entre os temas relevantes que ainda aguardam no STF, segundo Andréa Mascitto, sócia do escritório Pinheiro Neto Advogados. A advogada destaca ainda um caso pautado para o dia 13 sobre a validade da lei federal que obriga as distribuidoras de energia elétrica a devolverem aos consumidores os **tributos** reco-

lhidos a mais (ADI 7324).

Para Bruno Teixeira, sócio da área tributária de TozziniFreire Advogados, a pauta mostra que o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, está preocupado em julgar casos tributários mas, ao mesmo tempo, ffeia discussões que apontam para decisões favoráveis aos contribuintes. "Um exemplo é a exclusão do ISS da base do PIS e da Cofins. Faltava o voto do ministro Luiz Fux, que formaria maioria a favor do contribuinte, e teve uma pausa", afirma.

O tributarista Flávio Molinari, sócio do Collavini Borges Molinari Advogados, também destaca a expectativa de o STF pautar ISS na base do PIS e da Cofins. "É um caso de grande repercussão econômica e se espera decisão favorável tendo em vista julgamento da tese do século", diz.

A PGFN reforça que o tema é importante e que ainda acredita na tese. "Estamos vendo um cenário que não é favorável, mas a gente acredita no nosso argumento técnico de que são situações diferentes [da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins], Tentam aproximar do tema, mas são situações diferentes", afirma o procurador Euclides Sigoli.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188282?page=18§ion=1>

Órgãos públicos viabilizam o projeto Mãos que Transformam'

JACKSON SOUZA* * SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA
ISABEL VILLELA

tambémfruto do projeto "Receita Cidadã: Uma Receita de Transformação Social".

Site: <http://edicaodigital.atarde.com.br/index.xhtmll>

As apreensões de vestuários realizadas pela **Receita Federal** na Bahia agora terão um destino nobre. As roupas que antes eram incineradas serão destinadas a projetos sociais e grupos vulnerabilizados. Por meio do projeto Mãos que Transformam, iniciado ontem, as peças serão descaracterizadas de marcas. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (SJDH), a **Receita Federal** e o Ministério Público da Bahia (MP-BA).

"O projeto Mãos que Transformam é uma ação concreta de justiça social e promoção da cidadania. Estamos contribuindo para dar um novo significado a materiais que seriam descartados, transformando-os em dignidade para pessoas que precisam desse tipo de apoio", afirma Maria Fernanda Cruz, coordenadora de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos da SJDH.

Ontem pela manhã, na Fundação Dr. Jesus, em Candeias, os acolhidos pela entidade realizaram o processo de retirada de marcas -por questões de direitos autorais, já que são roupas falsificadas. Os itens serão destinados aos projetos sociais Axé e Núcleos Estaduais de

Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba), e à própria fundação Dr. Jesus, onde houve a triagem.

Apenas no Neojiba, cerca de dois mil jovens podem ser contemplados com as doações recebidas através do "Mãos que Transformam".

"Sendo o Neojiba um programa de arte e educação, ele também é um programa social, porque os nossos integrantes tem que ter algum tipo de vulnerabilidade, preferencialmente, (...) então, roupas que eram incineradas vão fazer diferença para

mais de 80% dos integrantes do Neojiba, e tudo isso faz a roda da melhoria e da transformação se completar", disse Fernanda Tourinho, diretora-geral do Instituto de Desenvolvimento Social Pela Música, que gere o programa Neojiba.

Cerca de quatro toneladas de vestuário foram encaminhadas pela **Receita Federal** para a parceria,

Caixa leva banco às comunidades

WAL LIMA

A Caixa Econômica Federal inaugurou, ontem, a primeira unidade móvel automatizada, instalada no Parque da Vaquejada, na Comunidade Sol Nascente, região administrativa do Distrito Federal. A iniciativa faz parte do plano de expansão do banco para alcançar comunidades com pouca ou nenhuma cobertura bancária, promovendo a inclusão financeira no país por meio de soluções acessíveis.

A unidade funcionará de segunda a sexta-feira, das 10h às 15h, com dois guichês de atendimento.

Embora não haja movimentação de dinheiro em espécie, os serviços ofertados são os mesmos de uma agência tradicional, como desbloqueio de cartão e senha, consultas de saldo e extrato, auxílio no uso do aplicativo Caixa Tem e atendimento a beneficiários do **INSS**, do Bolsa Família, do PIS e do programa Pé-de-Meia. Também será possível realizar o cadastro e a recuperação de senha de contas e do Cartão Cidadão.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, afirmou que a estrutura representa uma nova fase da atuação social do banco. "Esse é um projeto inovador que nós estamos trazendo. A Caixa é um banco que tem essa característica de ser um banco social, com toda uma história voltada para atender a população brasileira - principalmente aquelas pessoas que têm mais necessidade", destacou.

Segundo ele, a proposta de levar agências para regiões carentes de cobertura bancária já vinha sendo testada com sucesso em outras iniciativas, como a agência-barco no Norte do país. A unidade do Sol Nascente é baseada no conceito da agência container, pensada para levar os serviços da Caixa e do governo federal até as comunidades.

"Aqui, nós complementamos uma rede que já conta com lotéricos e correspondentes bancários.

Mas queremos estar presentes com essa experiência piloto. Dando certo, vamos levar esse modelo para o Brasil inteiro. Essa é a primeira, mas já com o olhar no futuro", afirmou Vieira.

A expectativa é de que, após o atendimento no Sol Nascente - previsto para ocorrer até 29 de agosto -, a unidade móvel siga para o município de Simplício Mendes (PI), onde permanecerá até a inauguração de uma nova agência, programada para janeiro de 2026.

Rede itinerante

Atualmente, a Caixa conta com 11 caminhões que circulam pelo país prestando atendimento bancário e social, inclusive em situações de emergência. A estratégia visa ampliar o acesso da população aos serviços financeiros e sociais do governo federal. Vieira ressaltou também a importância do microcrédito para famílias da zona rural e pequenos produtores. "O microcrédito da Caixa tem uma característica muito marcante. Um produtor rural da agricultura familiar, dentro do Pronaf B, pode tomar um recurso e pagar 0,5% ao ano. É um avanço enorme para quem vive em áreas como o entorno de Brasília, onde há muitos microprodutores hipossuficientes."

Transformação urbana

Presente na cerimônia de inauguração, o administrador regional do Sol Nascente, Cláudio Ferreira, celebrou a chegada da unidade. "O Sol Nascente está passando por uma grande transformação.

Ainda não temos um banco, e muitas vezes a nossa comunidade precisa ir até Ceilândia para resolver alguma demanda com a Caixa. Esse container vai facilitar e muito, tanto para os empresários e empreendedores quanto para quem precisa pagar um boleto ou tirar uma dúvida." Ferreira acredita que a novidade será bem recebida pelos moradores: "A expectativa é a melhor de todas. A Caixa traz essa novidade para dentro do Sol Nascente, e nós estamos divulgando bastante. Acreditamos que vai ser um sucesso." Morador da região desde a fundação da comunidade, o aposentado Raimundo José de Carvalho Freire, de 72 anos, fez questão de parabenizar a iniciativa.

"Eu sou correntista da Caixa há muitos anos, e estou muito feliz por ter essa agência aqui perto da gente. Eu utilizo todos os serviços.

Tenho conta corrente, poupança. Isso aqui era um brejo, uma mata, a gente pescava, caçava. Hoje estamos de parabéns, recebendo a Caixa mais uma vez perto da gente", afirmou.

Raimundo também destacou o impacto da unidade para a população local. "Isso é para a população.

Somos nós que ganhamos com tudo o que a Caixa

proporciona pra gente. Está de parabéns o governo, o administrador, por trazer essas coisas para perto da gente."

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7641/01-08-2025.html?all=1>

Déficit público cresce 15%, e dívida sobe para 76,6% do PIB

BERNARDO LIMA

O setor público consolidado registrou déficit primário (resultado de receitas menos despesas sem considerar os gastos com juros) de R\$ 47,1 bilhões em junho, informou ontem o Banco Central (BC). O resultado é 15% maior do que o déficit de R\$ 40,9 bilhões registrado em junho do ano passado. Os dados do setor público consolidado levam em conta os resultados fiscais de União, estados, municípios e empresas estatais (excluindo a Petrobras e as do setor financeiro).

O resultado refletiu os déficits de R\$ 45,5 bilhões do governo federal, de R\$ 954 milhões das estatais, e de R\$ 2,6 bilhões de estados e municípios.

Em 12 meses, o setor público consolidado acumula superávit primário de R\$ 17,9 bilhões, o que representa 0,15% do PIB. Ao se considerar o critério nominal, que engloba as despesas com juros da dívida pública, houve déficit de R\$ 108,1 bilhões em junho e de R\$ 894,4 bilhões (7,3% do **PIB**) no acumulado de 12 meses.

O Banco Central também divulgou o nível da dívida bruta em junho, que voltou a subir e atingiu R\$ 9,4 trilhões, o que equivale a 76,6% do **PIB**, um crescimento de 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior. O cálculo leva em conta governo federal, **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e governos estaduais e municipais. Este é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na avaliação da saúde das contas públicas.

Segundo o Banco Central, a variação mensal da dívida bruta foi puxada para cima pelos juros nominais apropriados (alta de 0,7 ponto percentual), das emissões líquidas da dívida (alta de 0,5 ponto percentual) e pelas variação do **PIB** nominal, que teve redução de 0,5 ponto percentual.

Enquanto isso, a dívida líquida, que desconsidera os ativos do governo, subiu a 62,9% do **PIB** em junho, chegando a R\$ 7,7 trilhões, um crescimento de 0,9 ponto percentual na comparação com o mês anterior.

As contas do governo central (Tesouro, Banco Central e **Previdência Social**), divulgadas na quinta-feira, registraram déficit primário de R\$ 11,4 bilhões no

acumulado do primeiro semestre, cerca de R\$ 60 bilhões abaixo do verificado no mesmo período do ano passado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pagamentos do INSS de agosto: confira o calendário completo aqui

Colaboração para o UOL

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou o calendário oficial de pagamentos referentes ao mês de agosto de 2025. Os repasses seguirão o número final do benefício (ignorando o dígito verificador), conforme o formato já adotado para manter organização e eficiência no processo.

Os segurados que recebem até um salário mínimo terão os depósitos realizados entre os dias 25 de agosto e 5 de setembro. Já os que têm renda acima do piso nacional receberão entre os dias 1º e 5 de setembro.

Atualmente, o **INSS** realiza mensalmente mais de 40 milhões de pagamentos. Desses, cerca de 28,2 milhões são destinados a beneficiários que ganham até o salário mínimo, enquanto aproximadamente 12,3 milhões são direcionados a quem recebe valores superiores.

Para saber a data exata do pagamento, é preciso observar o penúltimo dígito do número do benefício, sem considerar o número após o traço. Informações detalhadas podem ser acessadas pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, utilizando CPF e senha cadastrada na conta Gov.br.

Em caso de dúvidas, o atendimento pode ser feito pela Central 135. O serviço funciona de forma automatizada todos os dias e oferece suporte com atendentes no horário comercial.

Também é possível consultar o extrato de pagamento, verificar dados pessoais e acessar outros recursos diretamente pelo site ou aplicativo do Meu **INSS**, por meio da barra de pesquisa.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/08/01/pagamentos-do-inss-de-agosto-confira-o-calendario-completo-aqui.htm>

Taxa de desemprego fica abaixo de 6% pela 1ª vez, e renda é recorde

MAYRA CASTRO E CAROLINA NALIN

A taxa de desemprego no Brasil caiu para 5,8% no segundo trimestre, o menor nível da série histórica do IBGE, iniciada em 2012, e pela primeira vez abaixo de 6%. Com isso, o número de desocupados chegou a 6,3 milhões, recuando 17,4% em relação ao trimestre anterior e 15,4% no ano. O resultado veio melhor do que a projeção de analistas de mercado, que estimavam taxa de desemprego de 6%. Além disso, o rendimento médio mensal dos ocupados alcançou o recorde de R\$ 3.477, com alta de 1,1% acima da **inflação** ante o trimestre anterior e de 3,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), divulgada ontem pelo IBGE, mostraram recordes em diversos indicadores do mercado de trabalho, que segue aquecido mesmo após as altas de juros promovidas pelo Banco Central para conter a **inflação**. A taxa de participação na força de trabalho (62,4%), o nível da ocupação, que mostra a parcela da população de 14 anos ou mais que está trabalhando, chegou a 58,8% e o contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado, que chegou a 39 milhões, alcançaram os maiores patamares já registrados. A massa de rendimento real habitual, indicador, a soma das remunerações de todos os trabalhadores, atingiu R\$ 351,2 bilhões, também o maior valor.

A população subocupada por insuficiência de horas (quem trabalha menos de 40 horas por semana e deseja trabalhar mais) caiu 8,3% no ano e ficou estável em 4,6 milhões no trimestre.

ECONOMIA AINDA FORTE

Economistas avaliam que os dados corroboraram a força do mercado de trabalho mesmo diante da pressão dos juros em patamares elevados, o que pode ser explicado pela economia mais forte no fim do ano passado e no início deste ano. Se antes boa parte das estimativas era de desaceleração ao longo do segundo semestre, agora já há expectativas de taxas de desemprego ainda mais baixas que os 5,8% divulgados ontem.

- Os próximos meses devem continuar refletindo o mercado de trabalho forte. Apesar da atividade estar

desacelerando um pouco, o mercado de trabalho é como se fosse o último vagão desse trem. Quando a economia está forte, ele demora um pouco mais para acompanhar, mas depois é mais difícil de parar -diz Heliezer Jacob, economista do C6 Bank, prevendo que a taxa de desemprego deve ficar próxima de 5,5% no fim do ano.

Bruno Imaizumi, economista da 4intelligence, projeta taxa de desocupação de julho em 5,7% e novas quedas nos próximos meses. Ele avalia que, além de fatores sazonais, há a influência de incentivos do governo, que im-pactam renda, consumo e procura de mão de obra:

- Os governos vêm estimulando a economia de maneira artificial faz tempo, não só a atual gestão. A gente vem crescendo muito acima do potencial nos últimos anos, e essas medidas fiscais continuam injetando recursos para diversos estratos populacionais, sustentando o mercado de trabalho. A incerteza é um pouco maior por questões de política externa, ainda assim o mercado de trabalho vai continuar forte.

Serviços ligados à administração pública, saúde e educação foram os que mais puxaram o emprego no trimestre. Para Adriana Beringuy, do IBGE, o avanço na educação foi significativo:

-A administração pública faz uma dispensa no primeiro trimestre e recontrata após março, que é quando a gente tem o retorno do calendário letivo nas escolas, sobretudo do ensino fundamental.

PRESSÕES INFLACIONÁRIAS

Imaizumi alerta para as pressões inflacionárias dos reajustes salariais de **servidores públicos** e o aumento do salário mínimo, que contribuirão para o crescimento da renda, além do avanço das vagas com carteira assinada e da possibilidade de barganha dos trabalhadores por maiores salários, diante da maior demanda por mão de obra.

- Quando olhamos essa combinação de mercado de trabalho forte e salários reais crescendo acima da produtividade é indício de que vai ser difícil controlar a **inflação** e chegar à sua convergência para a meta - afirma Jacob.

O aumento da demanda por mão de obra e as dificuldades de contratação estão se espalhando na indústria, no comércio e nos serviços.

- Boa parte das empresas está relatando certa dificuldade de contratação. Com o mercado de trabalho aquecido é natural ter menos gente ativa procurando emprego. Ao mesmo tempo, cresce o poder de barganha do trabalhador, que

acaba podendo fazer exigências, como maiores salários, o que também impulsiona a renda -explica Rodolpho To-bler, do FGV Ibre.

Com o novo recorde de baixa da taxa de desocupação voltam as discussões sobre a possibilidade de o país já ter alcançado o pleno emprego.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Imaizumi ressalva que o mercado de trabalho vem sofrendo mudanças estruturais, aceleradas pela pandemia, e a tendência a longo prazo é de desemprego baixo no país:

-Vamos ter que repensar o que é pleno emprego no Brasil. A gente pode estar tendo ganho de produtividade com LA e tem a questão demográfica. A população brasileira vai continuar envelhecendo, e em países com idade mais avançada as taxas de desocupação tendem a ser menores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desemprego recua mais, chega a 5,8%, menor taxa da série

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados nesta quinta-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram um mercado de trabalho robusto, renovando recordes. Para economista, a geração de vagas formais, o aumento da renda média e a taxa de desemprego em mínima histórica revelam resiliência no segmento, que ainda não sente efeitos do aperto monetário e deve seguir apresentando resultados positivos ao longo do ano, apesar da expectativa de desaceleração.

A taxa de desemprego no país, segundo a Pnad Contínua, caiu para 5,8% no trimestre encerrado em junho, abaixo da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, de 6%, e no piso do intervalo das estimativas, que variavam entre 5,8% e 6,1%. O resultado é o menor da série histórica; menor do que os 6,2% do trimestre anterior, encerrado em maio; e menor do que os 6,9% de igual período de 2024.

Entre maio e junho, a população ocupada, que inclui empregados, empregadores e funcionários públicos, era de 102,3 milhões de pessoas, recorde da série histórica, segundo o IBGE. A renda média dos trabalhadores avançou 1,1% no trimestre encerrado em junho ante o encerrado em maio, para R\$ 3.477, também recorde. A massa de rendimentos também cresceu 2,9% no período e foi para R\$ 351,2 bilhões no trimestre, outro recorde na pesquisa.

"A leitura geral do dado é que foi um resultado muito forte. Tivemos melhoras, com valores recordes, em praticamente todas as medidas", diz André Valério, economista-sênior do banco Inter. "O mercado de trabalho está num momento extremamente robusto. Não está sentindo o

aperto monetário visto na Selic."

Ele destaca nos dados a alta da população ocupada, "que bateu recorde", a alta da massa de rendimento, "em um valor muito elevado" e a informalidade, que "caiu na margem".

Leonardo Costa, economista do ASA Investments, diz que o mercado de trabalho tende a reagir mais lentamente à desaceleração da economia. "Ainda assim, o setor segue como destaque de resiliência da economia doméstica no período", afirma, em

comentário distribuído. Segundo ele, os resultados de hoje não trouxeram gatilhos de revisão de indicadores.

O economista do C6 Bank He-liezer Jacob acredita que o mer-

"A primeira metade do ano teve um resultado bastante favorável" Rodolpho Tobler

cado de trabalho deve seguir forte em 2025. "Nossa projeção é de que a taxa de desemprego encerre o ano próxima a 5,5%, patamar bastante baixo para os padrões históricos do país", diz, em comentário distribuído.

Na série com ajuste sazonal do C6 Bank, que exclui oscilações temporais e mostra a tendência real da taxa de desemprego, o índice recuou de 6,1% no trimestre móvel terminado em maio para 5,8% em junho, menor patamar na série histórica da instituição.

Para o segundo semestre, Valério, do Inter, acredita que o mercado de trabalho não deve seguir tão aquecido como agora. Mas, diz, a desaceleração não será abrupta. Segundo o economista, a projeção do Inter para 2025 é de uma taxa de desemprego de 6,5%. "Nada muito dramático", avalia.

Rodolpho Tobler, do FGV Ibre, diz que o mercado de trabalho tem sido mais resiliente do que se esperava. Ele diz que o segmento é defasado quanto aos sinais gerais de desaceleração da

economia. Por isso, afirma, a expectativa segue sendo de desaceleração da atividade no segundo semestre deste ano.

"A primeira metade do ano teve um resultado bastante favorável, de aumento de vagas, de aumento de emprego formal e de redução da taxa de desemprego, atingindo o mínimo histórico. Olhando para a segunda metade temos alguma expectativa de que não se mantenha nesse mesmo ritmo", diz Tobler. "Não quer dizer que vai aumentar o desemprego, que vai cair muito o número de vagas ou que

as pessoas vão perder o emprego. Dizemos mais no sentido de reduzir esse ritmo."

Apesar disso, a tendência é ainda a de manutenção da

taxa de desemprego próxima do mínimo histórico ao longo do ano, diz Tobler. "Devemos ficar próximos desses 6%, talvez até chegando em algum mês um pouco mais perto de 6,5%. Mas a tendência continua sendo de um mercado de trabalho aquecido. É difícil imaginarmos alguma coisa diferente disso".

Para Valério, o dado não dá mui-

to alívio para o Banco Central (BC). "Ele não tem muito o que comemorar aqui, no sentido de corte de juros", diz. "Esperamos que continue com esse tom um pouco mais duro pelo menos nas próximas duas reuniões", afirma.

Ele diz que, como teve início na segunda metade do ano passado, deve levar tempo até que o ciclo de alta da Selic se reflita no mercado de trabalho. "Esperamos que isso seja mais sentido na virada do terceiro para o quarto trimestre", diz O Inter ainda assim vê espaço para corte na Selic já em dezembro. "A nossa perspectiva é de corte para 14,5% no fim de dezembro e entrar em 2026 cortando, mas ainda assim cortes muito graduais. Estamos com uma projeção de 12% ao fim de 2026, uma taxa ainda muito restritiva."

O economista do FGV Ibre diz que o resultado deixa um alerta para o BC. "Deixa em alerta porque sinaliza um mercado de trabalho aquecido e uma população com maior poder de compra", diz. "Não imagino que esse resultado de hoje, sozinho, vai mudar qualquer tipo de decisão do BC, mas, com certeza, é um dos tópicos que ficam de alerta para se olhar nos próximos meses e nas próximas decisões que ele terá que tomar."

Jacob concorda que, embora o crescimento do nível de ocupação ajude a estimular a atividade econômica, dificulta o controle da inflação, especialmente a de serviços.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188282?page=18§ion=1>

Inclusão do IBS e CBS na base do ICMS e ISS

Gustavo Haddad, Ana Carolina Utimati e Rafaela Canito

A implementação da **reforma tributária** em curso no Brasil e a proximidade do início do período de transição para o novo sistema têm movimentado intensos debates nos meios jurídico e econômico, trazendo à tona inúmeras questões sobre a estruturação do sistema tributário nacional e sua implicação prática na rotina e nas atividades dos contribuintes.

Entre os focos de discussão, destaca-se a necessidade ou não de inclusão dos novos **tributos** sobre o consumo - o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - na base de cálculo do ICMS e do ISS durante a fase de transição, marcada pela incidência simultânea dos antigos e novos **tributos**.

Grosso modo, o ICMS e o ISS são **tributos** indiretos calculados "por dentro" do preço e que, portanto, incidem sobre eles mesmos (ao integrar a própria base de cálculo). O IBS e a CBS por sua vez são **tributos** calculados "por fora" do preço, de modo a deixar claro para o adquirente a diferença entre o preço praticado pelo fornecedor e o tributo sobre consumo incidente na operação.

Essa diferença entre o mecanismo de cálculo do valor de tributo a recolher é uma característica marcante do novo sistema de tributação sobre consumo e tem por fundamento os princípios básicos que orientam toda a **reforma tributária**: simplicidade, neutralidade e transparência dos **tributos** sobre o consumo.

Se partirmos da premissa de que toda a **reforma tributária** - incluindo o seu regime de transição - deve nortear-se por esses princípios, a conclusão juridicamente razoável seria a de que os novos **tributos** (IBS e CBS), embora destacados no respectivo documentos fiscal, não deveriam integrar a base de cálculo do ICMS e do ISS, a exemplo do que já ocorre no sistema atual em determinados casos com o IPI - outro tributo indireto previsto no sistema com mecanismo de cálculo "por fora" do valor da operação.

Entretanto, durante a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional nº 49/2019 (que deu origem à Emenda Constitucional nº 32/2023), a disposição que

previa expressamente que o IBS e a CBS não poderiam integrar as bases de cálculo do ICMS e do ISS foi excluída do texto, não havendo atualmente disposição expressa na **legislação tributária** que confirme a não inclusão dos

novos **tributos** na base de cálculo do ICMS e do ISS.

Para o ISS, a discussão parece menos controversa. Uma vez que, segundo a Lei Complementar nº 116/2003, a base de cálculo do ISS é o preço do serviço e, se IBS e CBS são **tributos** calculados "por fora" do preço, a decorrência lógica seria pela não inclusão desses **tributos** na base de cálculo do imposto municipal durante o período de transição.

Em relação ao ICMS, por outro lado, a exclusão dessa disposição tem sido objeto de acirrada discussão entre especialistas, tendo inclusive sido apresentado novo Projeto de Lei Complementar (o PLP nº 16/2025) com a finalidade de alterar as leis complementares nº 214/2025 e nº 87/1996 de modo a, dentre outras coisas, prever expressamente a não inclusão do IBS e da CBS na base de cálculo do ICMS e do ISS com fundamento no princípio da neutralidade dos novos **tributos**, assegurado pela Constituição Federal.

Enquanto a tramitação do PLP 16/2025 não avança, discute-se se a supressão pelo Congresso Nacional da disposição que impedia a inclusão dos novos **tributos** na base de cálculo dos antigos refletiria potencial intenção do legislador de que os novos **tributos** compoñham a base de cálculo dos **tributos** antigos, enquanto estiverem vigentes.

De um lado, especialistas apontam que haveria necessidade de disposição constitucional e legal para autorizar a exclusão de IBS e CBS da base de cálculo do ICMS, considerando a técnica legislativa até então adotada pela Constituição Federal (e pela Lei Complementar nº 87/1996), que prevê expressamente os casos em que o IPI não deve integrar a base de cálculo do ICMS, por exemplo.

Por outro lado, a nosso ver, nos termos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar 214/25, o IBS e a CBS não compoñem o valor da operação - ou seja, o preço da mercadoria ou do serviço fornecido - e, como resultado, não deveria haver presunção automática de que esses **tributos**

estão inseridos na base do ICMS.

Ao contrário, a inclusão do IBS e da CBS na base de cálculo do ICMS estaria em direção oposta aos princípios da neutralidade, simplicidade e transparência perseguidos pela **reforma tributária**, exatamente com a finalidade de evitar distorcer as decisões de consumo e a organização da atividade econômica no Brasil.

Sobre esse aspecto, inclusive, não é demais comentar que, quando pretendeu incluir um novo tributo na base de cálculo do ICMS, a Emenda Constitucional nº 132/2023 o fez expressamente, como no caso do IS (Imposto Seletivo), o que pode ser indicativo de que qualquer inclusão de **tributos** na base de cálculo do imposto deve ser explicitamente prevista na legislação.

A inclusão ou a exclusão do IBS e da CBS na base de cálculo do ICMS durante a fase de transição da **reforma tributária** é um tema que ilustra o desafio de harmonizar legislações complexas e garantir segurança jurídica no Brasil. Independentemente do desfecho desse debate, uma coisa é certa: ele evidencia a necessidade de um sistema tributário mais claro e coeso, capaz de atender às demandas de um país em constante evolução e efetivamente reduzir a litigiosidade tributária.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188282?page=18§ion=1>

Banco Central acerta ao pausar ciclo de alta da Selic (Editorial)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) interrompeu na quarta-feira o ciclo de alta da Selic, a taxa básica de juros. De setembro até o mês passado, foram sete aumentos consecutivos e um salto de 10,5% para 15% ao ano. Aclamada por unanimidade, a decisão pela manutenção era esperada pelo mercado e foi acertada.

A pausa na Selic acontece quando alguns resultados positivos começam a aparecer. Neste mês, a projeção de analistas e economistas para a **inflação** de 2026, agora o alvo do Copom, finalmente recuou. A deste ano já retrocede há nove semanas. Esses desdobramentos são sinais reconfortantes para o BC. Quando o último ciclo de alta da Selic teve início no ano passado, muitos duvidaram da capacidade do Copom de reverter o quadro. Ante um governo disposto a gastar de forma irresponsável para manter a economia aquecida, a arma da alta dos juros parecia enfraquecida. Essa impressão mudou.

Não que esteja tudo em seu lugar. A **inflação** no setor de serviços continua puxando a média do índice para cima. As estimativas seguem bem longe do centro da meta (3%). A opinião prevalecente no mercado financeiro é que o país feche 2025 com o IPCA, o índice oficial, em 5,09% (acima do teto de 4,50%) e, no ano que vem, em 4,44%. A projeção para 2027 segue parada em 4% há 23 semanas. Mas, ao manter a Selic em patamar alto, com taxa de juro real próxima de 10%, a autoridade monetária reforça a intenção de continuar perseguindo seus objetivos.

Em conversas com analistas de bancos, empresas relatam que os meses de abril e maio foram bons de vendas, mas em junho e julho houve mudança. Alguns setores registraram queda na demanda, especialmente nos segmentos mais dependentes do crédito, sinal dos efeitos da política monetária.

Embora os dados macroeconômicos ainda não sejam conclusivos, o debate entre economistas agora é quando o Copom começará o processo de redução da Selic. A maioria prevê o início do ciclo de corte no primeiro semestre de 2026, mas há quem aposte numa antecipação. Será preciso esperar a confirmação de dados oficiais evidenciando a desaceleração inequívoca da economia para saber quem está certo. Por enquanto, o mercado de trabalho segue mostrando dinamismo.

Como convém, os sinais emitidos pelo BC têm sido conservadores. Na ata de junho, o Copom ressaltou a necessidade de manter "uma restrição monetária maior e por mais tempo" para fazer as expectativas convergirem para a meta. No **comunicado** desta semana, a sobriedade foi mantida. Nele, o BC diz acompanhar os impactos da política fiscal e, em particular, os desdobramentos da imposição de tarifas às exportações brasileiras.

O cenário duvidoso na relação comercial entre Brasil e Estados Unidos é um fator a incentivar a manutenção da cautela que tem até agora marcado a presidência de Gabriel Galípolo à frente do BC. Com o tarifaço de Donald Trump, o redirecionamento de produtos destinados aos Estados Unidos para o mercado doméstico pode aumentar a oferta e reduzir preços. Na mão contrária, uma eventual perda acentuada de valor do real elevaria o preço dos importados. O BC fez bem ao ressaltar que não "hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso julgue apropriado". A precaução continuará essencial nos próximos meses.

Site: infoglobo.pressreader.com/o-globo

Taxas terão impacto sobre comércio e economia globais

O fim do prazo imposto pelo presidente Donald Trump para a assinatura de acordos de tarifas entre os EUA e outros países e blocos deve começar a mostrar a partir de hoje um quadro mais claro do impacto das mudanças do comércio global, segundo analistas.

Ainda há questões importantes pendentes-como o futuro das negociações com a China, que devem se arrastar por mais algumas semanas, e ajustes de **impostos** para setores específicos, como o farmacêutico e o de produtos siderúrgicos. Mas a maior parte das previsões é a de que as tarifas devem redesenhar fluxos globais e, em curto e médio prazo, tornar o ambiente mais desafiador para a economia mundial.

"A probabilidade de uma recessão para os EUA nos próximos meses está estimada em 40%, refletindo preocupações com a recente queda no sentimento empresarial global, alimentada pelos distúrbios causados pelo aumento das tarifas, eventuais retaliações a elas e a ameaça de o conflito no Oriente Médio afetar os preços do petróleo", afirmou o economista-chefe do JP Morgan nos EUA, Bruce Kasman, em nota para clientes. "A **inflação** nos próximos trimestres, na medida que os efeitos das tarifas começarem a se refletir nos preços ao consumidor, deve se acelerar."

Do ponto de vista geopolítico, é provável que um sistema de co-

mércio internacional reformulado e baseado em regras acabe surgindo, com ou sem os EUA, cie acordo com Creonte Butler, diretor do Programa de Economia e Finanças Globais do centro de estudos Chatham House. "O crescimento econômico e a prosperidade globais dependem de um ambiente de negócios transfronteiri-ços estável, sustentado por normas claras para a definição e a alteração de tarifas. Embora os EUA pareçam ter abandonado em grande parte essa abordagem sob Trump, outros países não o fizeram", afirma Butler.

O governo dos EUA também forçou acordos e fixou tarifas com vários países do Sudeste Asiático - como Vietnã, Tailândia e Camboja e Malásia - em uma tentativa de reduzir a influência chinesa na região e evitar que Pequim use essas nações como plataforma para burlar as taxas. Mas é pouco provável que esse

"muro asiático" impeça a inundação de bens da superprodução de manufaturas chinesas para outros mercados, como o europeu.

"O mercado sempre encontrará

"Probabilidade de recessão nos EUA nos próximos meses é de 40%"

Bruce Kasman

vias de levar produtos baratos a consumidores interessados em comprá-los", diz um relatório do Instituto Bruegel, de Bruxelas, sobre o risco dos bens chineses para o mercado europeu.

"Trump está usando um único instrumento - tarifas - para tentar atingir uma série de objetivos: reduzir as barreiras comerciais percebidas, aumentar a receita do governo, incentivar a repatriação de investimentos para os EUA e alcançar uma série de metas de política externa não econômicas, desde restringir a migração até controlar a entrada de precursores do entorpecente fentanil. Até o momento, ele não priorizou nenhum objetivo e parece improvável que o faça", disse Butler.

Além das tarifas aplicadas à exportação de bens e serviços em geral dos países, os EUA também anunciaram tarifas elevadas, variando de 25% a 50%, sobre automóveis, aço e outros metais, como o cobre. Produtos farmacêuticos, madeira serrada e chips semicondutores também estão sob a mira da Casa Branca. "Esses aumentos setoriais futuros não são refletidos nos números divulgados [no começo da semana] pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas devem aumentar ainda mais as taxas tarifárias efetivas, criando gargalos e amplificando o efeito de **impostos** mais altos, disse Pierre-Olivier Gourin-chas, no blog da entidade.

Trump diz que suas tarifas cumprirão a finalidade de repatriar fábricas e empregos que deixaram os EUA nas últimas décadas - sob a premissa de que as empresas voltariam a produzir no país para escapar das taxas.

"O objetivo final é ter produção aqui. Qualquer país que queira produzir aqui não pagará tarifa. Essa é a solução definitiva", disse o principal conselheiro

comercial de Trump, Peter Navarro, em entrevista à ÁBC News. Mas, de acordo com alguns analistas, mesmo que este retomo da produção aos EUA se tornasse uma realidade como efeito das taxas, não está claro se o país estaria preparado para essa mudança.

A construção de novas unidades fabris pode levar até dez anos, dependendo do setor, e especialistas afirmam que a infraestrutura do país não está preparada para atender a novas fábricas. Além disso, a escassez de mão de obra na indústria pode significar dificuldade para preencher vagas.

"Se a visão do governo Trump é trazer a manufatura de volta aos EUA em massa - não apenas em alguns setores, mas em massa - essa visão não é realista", disse ao jornal americano "USA Today" Nancy Qian, professora de economia na KelloggSchool of Management da Northwestern. (Com agências internacionais)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188282?page=18§ion=1>

Sobretaxa atinge 85% dos produtos da indústria gaúcha vendidos aos EUA

Matheus Schuch

A indústria do Rio Grande do Sul segue entre as mais afetadas pelo tarifaço de Donald Trump após a divulgação da lista de exceções do governo americano. Levantamento antecipado à coluna pela Fiergs mostra que 85% dos produtos fabricados no Estado e exportados aos EUA serão sobretaxados.

O cálculo atualizado aponta que o **PIB** gaúcho poderá recuar mais de R\$ 1,5 bilhão no próximo ano.

Na quarta-feira, a Casa Branca publicou o decreto que instituiu a tarifa adicional de 40%, que se soma aos 10% anunciados em abril, a partir do dia 6 de agosto. Estão previstas, porém, quase 700 exceções, incluindo produtos com peso relevante na balança comercial entre os países, como suco de laranja, aviões, petróleo e aço.

Já dentre os que não escaparam, estão café e carnes, além de alguns dos principais itens da pauta exportadora gaúcha, como tabaco, armas, calçados e máquinas.

Ainda segundo a análise da Fiergs, a média nacional de isenção da tarifa é de 44,6%, enquanto no Rio Grande do Sul alcança aproximadamente 15%. Com 140 mil trabalhadores expostos, a estimativa é de que mais de 20 mil postos de trabalho estejam diretamente ameaçados pela sobretaxa.

Em entrevista ao Gaúcha Atualidade ontem, o presidente da Fiergs. Cláudio Bier, informou que montará um comitê de crise para analisar medidas que possam auxiliar as empresas.

- Para nós, o quadro é muito ruim. O calçado produzido

aqui e enviado aos EUA não se encaixa em outro mercado, é uma moda deles, específica para eles - explicou.

Junto ao governo do Estado, os empresários defendem a liberação de créditos de exportação de ICMS. Em Brasília, Bier entregou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início da semana sugerindo ações compensatórias, que incluem: facilitação de crédito e capital de giro para

empresas afetadas, reforço de mecanismos de reintegração tributária, incentivos à manutenção de empregos e ações de acesso a novos mercados.

O Ministério da Fazenda já elaborou uma proposta de plano de contingência, que agora passa por atualização diante da publicação da lista de exceções. O presidente Lula e ministros da área política ainda avaliam a extensão das medidas e o momento de anunciá-las.

Sem retaliação

Ainda que o Brasil esteja abalado pelo tarifaço, Bier considera que o governo brasileiro não deve aplicar medidas de retaliação contra os EUA. Na linha defendida por outros representantes do setor privado, ele entende que insistir no diálogo é a melhor forma de tentar reverter a situação. _

Arrecadação da Casa Branca dispara

Dados do Departamento do Tesouro dos EUA indicam que o país arrecadou mais em tarifas alfandegárias nos primeiros seis meses de 2025 do que em todo o ano de 2024.

No total, as receitas superaram US\$ 87 bilhões (cerca de R\$ 487 bilhões), em comparação com quase US\$ 79 bilhões (R\$ 425 bilhões em valores da época) em 2024, de acordo com os dados mensais até o final de junho, atualizados na quarta-feira.

Os números mostram um aumento expressivo a partir do mês de abril, quando o presidente Donald Trump lançou sua guerra comercial.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

Pouco impacto no PIB, mas desastroso para exportadores

O tarifação dos EUA terá baixo impacto na economia como um todo. Já antes das exceções, as estimativas de impacto no Produto Interno Bruto (**PIB**) eram quase irrelevantes. Agora, com os setores que se livraram da alíquota punitiva - ficaram apenas com as recíprocas o efeito será ainda menos dramático.

Consultorias financeiras e bancos projetam efeito no **PIB** entre 0,1 e 0,3 ponto percentual. Isso significa que a estimativa de crescimento de 2,23% (conforme o mais recente Relatório Focus) pode encolher para 2,13% a 1,93%. Mesmo no Rio Grande do Sul, mais afetado do que a média nacional, a perspectiva antes das exceções era de crescimento menor, mas de 2,88% para 2,27%, ou 0,61 ponto percentual.

- Antes, já havia a visão de que os impactos macroeconômicos seriam limitados. Se formos olhar daqui a um ano sem saber exatamente quando foi, teremos dificuldade de achar nos dados - afirma Lívio Ribeiro, sócio da BRCG Consultoria e pesquisador associado do FC.V Ibric.

Já para as empresas afetadas pela pancada de 50%, o efeito pode ser desastroso com risco para sobrevivência de negócios e manutenção de empregos. As empresas que dependem muito do mercado americano podem ser severamente afetadas. Exportadores consideram quase impossível manter qualquer venda para os EUA com tarifa de 50%.

Afinal, é como se um produto que seria vendido a US\$ 10 para os americanos passasse a custar, do dia para a noite, US\$ 15. Se o consumidor não puder absorver, os exportadores vão perder clientes importantes, e que costumam remunerar bem.

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que o impacto da tarifa será "dramático" para alguns setores.

- Tem setores que, na pauta de exportação, não são significativos, mas o efeito sobre eles é muito grande. Às vezes, o setor é pequeno, mas é importante para o Brasil manter os empregos - disse.

"Vamos lutar para diminuir"

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços informou que a tarifa de 50% vai

alcançar 35,9% das exportações do Brasil para os EUA, enquanto 44,6% entraram nas exceções e 19,5% estão sujeitos a tarifas específicas aplicadas a todos os países - é o caso das autopeças e automóveis e do aço, alumínio e cobre.

35,9% das vendas para os EUA serão tarifadas em 50%, segundo o governo

Também ontem, em entrevista ao programa Mais Você, da Rede Globo, o vice-presidente Geraldo Alckmin disse que o governo já está pressionando a Casa Branca para reduzir as tarifas dos produtos mais afetados.

- Os 35,9% efetivamente atingidos pela tarifa, vamos lutar para diminuir. Não damos como assunto encerrado. Negociação mais forte começa agora. Segundo, vamos buscar alternativas de mercado. E terceiro, apoiar setores. Tem pescado muito atingido, mel, frutas, carne bovina e especialmente indústria - alegou.

Alckmin disse ainda que o plano para socorrer os segmentos afetados ainda não foi apresentado porque o presidente Lula "tem que bater o martelo". Ele garantiu, no entanto, que "ninguém vai ficar desamparado".

"Com agências de notícias

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

MT deve perder cerca de R\$ 648 mi no seu PIB

Com a entrada em vigor do tarifaço de 50% imposto pelos Estados Unidos sobre os produtos brasileiros a partir da próxima semana (em 6 de agosto), Mato Grosso deve perder cerca de R\$ 648 milhões no seu Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Embora o valor seja expressivo, o estado aparece apenas como o 16º mais prejudicado entre todas as unidades da federação. A sobretaxa atinge em cheio setores estratégicos da economia local, que mantêm relações relevantes com o mercado norte-americano. Entre os principais setores industriais afetados em Mato Grosso estão o de alimentos, metalurgia e produção vegetal. Já na relação dos produtos a serem diretamente impactados pelas tarifas estão a carne bovina congelada, ouro em formas brutas, sebo bovino e soja. Juntos, esses itens representam mais de 90% das exportações estaduais para os Estados Unidos em 2024. Nesta semana, o presidente norte-americano Donald Trump tirou quase 700 produtos da lista do tarifaço. Entre as exceções estão produtos como suco e polpa de laranja, combustíveis, minérios, fertilizantes e aeronaves civis. Todavia, café, frutas e carnes permanecem entre os itens afetados pela taxaço. A reportagem do jornal A Gazeta ouviu representantes do comércio e serviços, indústria e agronegócio, que manifestaram preocupação com os desdobramentos da medida e com a imprevisibilidade quanto à duração da tarifa imposta.

INDÚSTRIA

Um dos setores mais interessados nos desdobramentos da retaliação comercial imposta aos produtos nacionais é o madeireiro. A participação da madeira brasileira nas exportações para os Estados Unidos é significativa. Em 2024, o Brasil enviou US\$ 1,62 bilhão em madeira e produtos relacionados, incluindo madeira moldada, carpintaria, painéis e carvão de madeira - o que representa 43% de todas as exportações brasileiras da cadeia, segundo números de 2023 e estimativas reforçadas por 2024. Os dados são da UN Comtrade, da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), somente em 2024, Mato Grosso exportou US\$ 67,7 milhões em produtos de madeira, sendo US\$ 12,2 milhões destinados aos Estados Unidos - 18,8% da pauta de exportações do setor no estado. Por meio de nota, o presidente do Centro das Indústrias

Produtoras e Exportadoras de Madeira de Mato Grosso (Cipem), Ednei Blasius, frisou que a preocupação recai, principalmente, com relação aos produtos de maior valor agregado, como deck e piso com e sem verniz, que representam grande parte das mercadorias enviadas aos estadunidenses. "Vale lembrar que este tipo de produto é feito sob encomenda e possuem medidas que atendem ao mercado norte-americano, o que inviabiliza a venda para outros clientes. A decisão unilateral dos EUA compromete contratos em andamento, ameaça empregos e enfraquece a competitividade do setor no mercado internacional".

PECUÁRIA

Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Roberto Perosa, a aplicação da tarifa sobre produtos brasileiros somada à alíquota atual de 26,4% é um duro golpe que compromete a viabilidade econômica das exportações aos EUA, que importaram 229 mil toneladas em 2024. Para 2025, a previsão era atingir 400 mil toneladas. "A entidade está em diálogo com os importadores e colabora com o governo na busca de uma solução negociada. Reforça a importância de preservar o fluxo comercial com os EUA, que enfrentam atualmente o menor ciclo pecuário dos últimos 80 anos e também destaca a atuação conjunta do esforço na abertura de novos mercados e nas articulações diplomáticas e comerciais", disse por meio de **comunicado**. Procuradas pela reportagem, a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) e o Instituto Mato-grossense da Carne (Imac) disseram que não vão se manifestar.

AGRICULTURA

No caso da soja, milho, bem como seus subprodutos, entre os isentos da tarifa de 50%, os reflexos indiretos podem gerar grande impacto ao setor produtivo brasileiro devido à desorganização da cadeia de proteína animal, diante da taxaço sobre carnes bovina e de frango - setores que utilizam farelo de soja e milho como base para ração. O presidente da Associação de Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Lucas Beber, alertou para o risco de acúmulo de estoques no mercado interno, o que pode pressionar os preços pagos ao produtor. Beber também demonstrou preocupação com uma

possível sanção americana contra a importação de fertilizantes da Rússia, em virtude da guerra na Ucrânia - considerando a dependência brasileira destes insumos. O aumento no custo operacional, agravado ainda pelo preço do diesel também pode comprometer a rentabilidade do setor. Questionado sobre alternativas comerciais, o representante ponderou que apesar da China ser uma parceira relevante, o país asiático tem reduzido o ritmo de importações e investido na ampliação da produção interna. "A maioria dos produtos afetados pelo tarifaço não terá para onde ir. É preciso diplomacia, não confronto. O Brasil precisa de diálogo com os Estados Unidos, goste-se ou não, pois dependemos deles em vários aspectos. O momento é de olhar técnico, não ideológico".

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Neste caso, o tarifaço pode provocar efeitos em cadeia no setor de comércio e serviços, especialmente em regiões dependentes das exportações do agronegócio e da indústria. Com a possível retração nas vendas externas e aumento dos custos de produção, a circulação de renda tende a diminuir, impactando diretamente o consumo interno, a geração de empregos e o desempenho de pequenos negócios. Além disso, o encarecimento de insumos e produtos importados pode pressionar os preços e reduzir a margem de lucro dos prestadores de serviço. "O tarifaço chega em um cenário de forte pressão na carga tributária, com o aumento do IOF e a manutenção da taxa Selic em 15%. Os setores de comércio e serviços são movidos por expectativas e, mesmo não sendo impactado num primeiro momento, o prolongamento desse quadro pode implicar na estagnação do consumo em médio e longo prazo e perda no potencial de geração de empregos", analisa o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL Cuiabá), Junior Macagnam.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Casa do Seguro vai funcionar durante a COP

Com a proximidade do início da COP 30, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU, as atrações que ocorrerão paralelamente em Belém durante o evento começam a ser reveladas. A CNseg -Confederação Nacional das Seguradoras - lançou ontem a Casa do Seguro, um espaço que vai funcionar de 7 a 21 de novembro, em um casarão localizado na travessa Alferes Costa, no bairro da Sacramenta.

No local, ocorrerão debates e exposições sobre o mercado de seguros e a relação do setor com as mudanças climáticas. "Hoje, há um aumento da intensidade e da severidade dos eventos climáticos, que expõem a sociedade e todos os setores econômicos ao redor do mundo. Nesse cenário, o setor de seguros surge como um instrumento fundamental de proteção de pessoas e investimentos. É essencial mostrar os produtos, serviços e soluções que essa indústria tem a oferecer", explica Gustavo Brum, superintendente-executivo de Gabinete da CNseg.

PREVISIBILIDADE

Brum ressalta que, diante das incertezas provocadas por eventos naturais extremos, os seguros oferecem a chance de previsibilidade em um futuro incerto. "Fica cada vez mais evidente que o setor tem um papel importante nesse sentido: o de proteger e oferecer estabilidade. Com essa mentalidade, entendemos que a COP no Brasil mere-

ce uma atenção especial da CNseg, no sentido de dar visibilidade e promover tudo o que estamos construindo", completa.

Segundo a CNseg, atualmente o mercado de seguros movimenta cerca de 6,5% do **PIB** nacional, além de R\$ 2,3 trilhões por ano em operações financeiras - entre pagamento de obrigações e acúmulo de ativos. No Brasil, existem cerca de 140 seguradoras, mas 90%

das apólices estão concentradas na proteção de veículos automotores.

No Pará, o setor representa apenas 1,7% do mercado nacional. A maioria das empresas que atuam no estado são seguradoras de abrangência nacional. Embora a maior parte das apólices esteja relacionada a veículos, apenas cerca de 30% da frota paraense possui algum tipo de cobertura. Para Marga-

rete Braga, presidente do Sincor-Pará (Sindicato dos Corretores de Seguros), a Casa do Seguro será uma oportunidade para debater os desafios e caminhos do setor. "Vai ser um espaço para discutir, dialogar e apresentar novos produtos. As seguradoras participantes terão a chance de entender as necessidades do público, as mudanças em curso e o quão rápido precisamos agir", afirma.

Notícias Relacionadas:

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA
Casa do Seguro vai funcionar durante a COP

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3203#book>

Impacto para setor cafeeiro deve ser menor que expectativa inicial

CINTHYA OLIVEIRA

Estimativa é de um crescimento de 66% em dez anos, mesmo com alta do preço

Na próxima quarta-feira (6/8), tem início a tarifa -ção de 50% sobre produtos brasileiros nos Estados Unidos, mas possivelmente o impacto sobre a economia nos dois países não será tão grande quanto a expectativa inicial, já que boa parte dos setores exportadores foram contemplados na lista de quase 700 itens de exceção. Até mesmo produtores de café, que não foram incluídos na listagem, mas vêm de período de alta na demanda, devem encontrar soluções para escoar a produção que abasteceria as cafeterias do país presidido por Donald Trump.

Em 2024, as exportações de café para os Estados Unidos foram de US\$ 1,9 bilhão. Segundo levantamento recente da CNN, 30,7% do café consumido no país sai do Brasil, enquanto 18,3% tem como origem a Colômbia. Os EUA também são abastecidos com café de Vietnã, de Honduras, Guatemala e México, entre outros países.

Mesmo com a taxa de 50% sobre o produto brasileiro, não há garantia de que os cafezais das outras nações consigam suprir a alta e crescente demanda do mercado consumidor norte-americano. De acordo com a National Coffee Association, principal entidade comercial da indústria cafeeira dos EUA, estima-se que dois terços dos adultos americanos bebam café todos os dias e que mais de 70% consumam a bebida todas as semanas.

"É um produto em que os Estados Unidos dependem da exportação brasileira porque não conseguem substituir por outro facilmente", afirma Pajlo Casaca, economista do Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead/UFGM). E o norte-americano tem buscado qualidade na hora de apreciar sua bebida favorita.

O consumo de café especial aumentou quase 18% nos últimos cinco anos nos Estados Unidos - e não é qualquer produtor que consegue oferecer a qualidade igual ou aproximada do produto cultivado no Sul de Minas, por exemplo. "O café brasileiro é o mais competitivo, tanto o arábica quanto o robusta. Ele traz

o corpo e a doçura que os cafés de outras origens não têm", disse Mareio Ferreira, presidente do Exportadores de Café do Brasil (Ceca-fé), logo após o anúncio do tarifaço por Trump.

E a demanda no país continua crescendo. A empresa Custom Market Insights estima um crescimento do setor cafeeiro em 66% em dez anos - de US\$ 90,97 bilhões em 2025 para US\$ 150,88 bilhões em 2034. Tudo isso deve ocorrer mesmo com a **inflação** do produto: o preço do café moído nos EUA subiu 12,7% no último ano (cerca de um dólar por pacote), de acordo com o Departamento de Estatística do Trabalho dos EUA. O valor tende a continuar subindo, mas não há nada que indique que o norte-americano deixará de tomar café por isso.

ESTOQUE NO LIMITE. É possível que ainda haja negociações entre empresas dos EUA e os exportadores brasileiros por não haver estoque neste momento para atender os consumidores. A produção global

de café em 2025/2026 deve somar 178,7 milhões de sacas, de acordo com estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (US-DA, na sigla em inglês), mas, como o consumo global deve atingir um recorde de 169,4 milhões de sacas, o estoque fica apertado - sem chegar a 22,8 milhões de sacas.

"Os produtores e os exportadores brasileiros precisam pensar em alternativas. Se o Brasil perder realmente esse mercado americano para outro possível exportador, o que vai acontecer? Vão atender outro país interessado", explica Stefânia Ladeira, especialista em comércio exterior e gerente de produtos da Saygo Comex.

De acordo com Carla Beni, economista e professora de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o tarifaço acabou não sendo tão impactante quanto se imaginava. "O anúncio trouxe um grande alívio, principalmente por causa da lista de itens que foram retirados da elevação de 50% da alíquota de importação. (...) O movimento ideal seria que essa elevação não ocorresse, mas é uma situação menos pior, pois o pacote que está sendo estudado internamente (pelo governo) para poder dar apoio para os segmentos afetados vai ser muito menor do que se esperava", completa.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>